

A INDÚSTRIA TÊXTIL EM MINAS GERAIS.

ALISSON MASCARENHAS VAZ

da Universidade de Brasília.

A revogação do Alvará de 1785, a 1^o de abril de 1808, foi uma das muitas medidas tomadas por D. João VI, quando da transferência da Corte, objetivando dotar a Colônia dos instrumentos necessários para se tornar efetivamente a sede da monarquia portuguesa. Procurando aliviar a pressão sobre a estrutura econômica, pensava acelerar a industrialização, multiplicando a riqueza e criando empregos para uma faixa da população — a dos homens livres — que se encontrava marginalizada do processo produtivo. Mas decretos não promoveriam a industrialização do país, muito menos quando não foram tomadas medidas que neutralizassem as contradições internas que deprimiam tal desenvolvimento.

Não criando condições para estas transformações, que teriam uma repercussão muito mais positiva no processo de industrialização, o Príncipe Regente insistiu na política de decretos e alvarás, na tentativa de atrair capitais que até então eram aplicados no setor agrário ou comercial. Dentro desta perspectiva, é que devemos entender o Alvará de 28 de abril de 1809.

Através deste documento, procurou estimular os detentores de capitais, que até então não tinham condições ou interesse de desviá-los para a atividades industrial. Estabelecendo isenção de impostos e privilégios para as fábricas que fossem instaladas, tentou-se desviar parte significativa de capitais, que ou eram reinvestidos na atividade agrária ou utilizados na aquisição de bens supérfluos. Ficaram isentas de direitos aduaneiros as matérias-primas para as fábricas nacionais, bem como do imposto de exportação os produtos manufaturados. Determinou-se, ainda, a utilização dos artigos nacionais no fardamento das tropas reais, além de outorgar privilégios exclusivos, por 14 anos, àqueles que inventassem ou introduzissem máquinas novas. Seriam distribuídos, anualmente, 60 mil cruzados, provenientes

de uma loteria do Estado, a todas as manufaturas que precisassem de auxílios, mais particularmente às de lã, seda, ferro e aço.

Entretanto, esta política mostrou-se contraditória, na medida em que, no plano externo, Portugal viu-se envolvido pela Inglaterra, que, em troca da manutenção da velha aliança que os unia, pressionou o Príncipe Regente a fim de garantir o monopólio do comércio com o Brasil. Ao firmarem o Tratado de Comércio de 19 de fevereiro de 1810, colocou-se a Inglaterra em posição privilegiada no comércio com a Colônia.

É dentro deste quadro que vamos ver surgir as primeiras medidas no sentido de promover o desenvolvimento do setor têxtil de Minas Gerais.

A Provisão de 11 de maio de 1813, ao então governador da capitania, Conde de Palma, dizia do envio de um

“(...) mestre fabricante de tecidos à custa da mesma Real Junta e com o vencimento de 600 réis por dia pagos pelo mesmo cofre, a fim de ensinar a todos e quaesquer pessoas, que tenham estabelecido teares, ou quizerem estabelecer o modo dos ditos tecidos e toda a manipulação pertencente a elles. (...). (...) e o beneficio que por ella tenho liberalizado em aumento da geral industria, e que com informação dos mesmos Ouvidores sobre as possibilidades das que tiverem fabricas, ou quizerem o dito Mestre para se estabelecer o concedaes aqueles de entre os pretendentes de que julgares fará maiores progressos no dito Estabelecimento (...)” (1).

A medida visava aprimorar a produção artesanal, ao mesmo tempo que procurava atrair capitais para o estabelecimento de fábricas. Alguns moradores de Vila Rica tentaram organizar uma sociedade sem, contudo, conseguirem êxito, em vista do custo de montagem:

“Em 1814, cogitou-se da fundação de uma fábrica de fiados e tecidos em Vila Rica. O fundo da sociedade era de 24 ações de Rs. 200\$, mas o mestre Bento Dias Chaves pediu, só pelo empenho de cardas e um pequeno filatório, a quantia de Rs. 3:494\$000, o que fez fracassar a tentativa” (2).

(1). — Paulo Tamm, *A família Mascarenhas e a indústria têxtil em Minas*, Belo Horizonte, 1940, pp. 306-307.

(2). — Daniel de Carvalho, *Notícia histórica sobre o algodão em Minas*, 1916, p. 12.

Com isto, o mestre tecelão foi enviado à comarca do Rio das Velhas, onde, no dizer de D. Manuel de Portugal e Castro, ao Marquês de Aguiar, em ofício de 15 de julho de 1814,

“(...) se acham fazendeiros abastados e com alguns estabelecimento e melhores proporções para se aproveitarem da indústria do dito Mestre” (3).

O resultado não foi melhor que em Vila Rica e, a par de problemas de mercado e de mão-de-obra, a constituição do capital parecia o problema mais difícil: era pouco interessante desvinculá-lo da agricultura para outra atividade.

Com uma estrutura sócio-econômica onde uma aristocracia rural dominava grandes extensões de terras e dependia do mercado externo para a colocação da produção, com a força de trabalho baseada exclusivamente no braço escravo, e com uma burguesia comercial que servia de intermediária entre o produtor nacional e os mercados externos, dificilmente haveria interesse em desviar capitais e mão-de-obra da atividade agrícola, que proporcionava lucros satisfatórios, gerados com rapidez. A transferência de capitais para uma atividade industrial, onde os lucros, numa primeira fase, são bastante reduzidos ou mesmo inexistentes, dificilmente poderia exercer atrativos.

Apesar de não terem faltado medidas protetoras, a produção de tecidos não floresceu por esta época, por falta de condições estruturais, permanecendo a produção artesanal, que sempre existiu nas grandes fazendas, voltada para o auto-consumo.

Passado este período, teremos, em 1838, a primeira tentativa para a implantação de uma fábrica que fugia às características artesanais e, o que é mais importante, guardadas as devidas proporções, buscando uma tecnologia própria:

“A Companhia Industrial Mineira organizada pelo cidadão Antônio Luiz Avellar, depois de ter obtido por decreto de 23 de novembro de 1837 a propriedade; e uso exclusivo de uma máquina de fiar e tecer algodão e lã, que em parte inventou e em parte melhorou, começou os seus trabalhos preparatorios a 2 de julho ultimo (1838) no Distrito das Neves do termo de Sabará e consta-me que alem do Edificio, estão prontas 3 maquinas de aprontar algodão, 28 fusos para fio grosso e seis teares de tecer colchas de algodão e lã, devendo a Fabrica começar a trabalhar regularmente dentro de 2 ou 3 meses proximos” (4).

(3). — *Ibidem*, pp. 12-13.

(4). — Bernardo Jacintho da Veiga. *Falla*, 1839, p. XL.

Praticamente, nada se sabe desta fábrica, senão que chegou a funcionar durante um certo tempo (5), e que, no ano seguinte à sua criação, ainda não estava com seu maquinismo completo (6).

Nova tentativa de estabelecimento de fábrica se dá por volta de 1850 (7), com a criação da Cana do Reino, no município de Conceição do Serro, de propriedade dos ingleses Pigot e Cumberland. Apesar de um começo promissor, sua existência foi efêmera:

“Pouco depois, como prova de eficiência dos trabalhos a primeira autoridade é presenteado com duas dúzias de guardanapos e uma toalha, ali fabricadas. Embora contasse com auxílio do governo provincial, a empresa falhou, com a morte de um de seus donos (...)” (8).

Apesar do apoio governamental que lhe proporcionou crédito, a fábrica não conseguiu reestruturar-se, sendo que sua liquidação se arrastou por muito tempo, como podemos acompanhar através de dois Relatórios de Presidentes da Província, um de 1871, de Antônio Luiz Affonso Carvalho, e outro de 1874, de Francisco Leite da Costa Belém. Os dois Relatórios são importantes, na medida em que se completam e nos permitem constatar aquilo que vimos afirmando até agora: as condições internas da Província eram desfavoráveis ao aparecimento de uma atividade industrial.

Através do Relatório de Affonso Carvalho, acompanhamos o esforço que foi feito pelo governo, além de informar sobre seu estado:

“A Companhia Filatoria da Cana do Reino, fundada em maio de 1851, (...), nenhum resultado tem dado até o presente, atribuindo-se seu estado, não a má vontade ou descuido do seu diretor, Major Simplicio Moreira Netto, mas ao lugar em que foi colocado o estabelecimento, onde vantagem alguma pode offerecer, não só por ser pouco populoso, como principalmente pela deficiência de matéria-prima, e a sensível falta de pessoal idôneo (...). Pela lei nº 570 de 10 de outubro de 1851 foi-lhe concedido um emprestimo no valor de Rs. 20:000\$000 entregue em duas prestações de Rs. 10:000\$000. Pelo artigo 18 da lei nº 1145 de 3 de outubro

(5). — Paulo Tamm, *op. cit.*, p. 324.

(6). — Bernardo Jacintho da Veiga, *Falla*, 1840, p. LXI.

(7). — Paulo Tamm, *op. cit.*, pp. 324-325. Quanto à data de criação da fábrica, existem divergências, afirmando o autor que ela começou a funcionar em 1847, enquanto o Presidente Affonso Carvalho, afirma que a criação se deu em 1851.

(8). — Francisco Iglésias, *Política econômica do governo provincial mineiro*. Rio de Janeiro, INL, 1958, p. 107.

de 1862 foi o total do empréstimo convertido em 200 ações, vindo a Província a tornar-se acionista; e em virtude do artigo 8 da lei nº 1374 de 14 de novembro de 1886, as ações ficaram pertencendo ao Hospital de Caridade da Vila do Curvelo. A directoria declara que o hospital, (...), se tem recusado a aceitar as ações, na importância de Rs. 10:000\$000, (...). (...) a Presidencia em 6 de junho de 1868 mandou informar à comarca da Conceição, e esta nomeando uma comissão para examinar a fabrica e emitir seu juizo, declarou que, ha perto de 5 anos não trabalhavam as máquinas, que achavam-se ainda em bom estado, menos o tear, e entendia que a Cia. estava em decadencia a ponto de nada valerem suas ações. (...). A fabrica realmente não tem pessoal idoneo, e por isso conserva-se parada, mas esta circumstancia deveria ter sido prevista pela Companhia, e quanto a falta de matéria-prima, não tem cunho de realidade, por serem ferteis n'este genero muitos dos municipios visinhos" (9).

Pelo Relatório de Francisco Leite da Costa Belém, podemos constatar a dificuldade na formação do capital e as razões alegadas pelo seu presidente para o fracasso do empreendimento:

"O fundo da Cia., segundo os Estatutos devia ser de 30:000\$000, divididos em 300 ações, cada uma de 100\$000. Destas, foram vendidas apenas 187 e meia, recebendo a Cia. o valor de 182 somente (...). De um memorial do presidente da Cia. datado de 21 de setembro de 1869, consta o seguinte: a fabrica não trabalhava regularmente por falta de pessoal habilitado, sendo indispensável fazer-se aquisição, ao menos de dois empregados estrangeiros, um maquinista e outro prático do filatório. A fábrica compõe-se de dois filatórios, um com 240 fusos, e outro com 60, de uma carda, 3 cabeças de puxadores, 5 descarçadores, uma urdiadeira, um tear mecanico, um caneleiro, 3 maquinas de tornear ferro, e uma de furar. O mesmo presidente dá como razão de não terem os acionistas auferido lucro o fato de não se ter realizado o capital necessário, pela falta de compradores de ações" (10).

Pelos Relatórios, podemos perceber que, o que realmente faltava para o desenvolvimento da atividade industrial, independente de medidas legais, eram, fundamentalmente, capital e mão-de-obra com uma mínima especialização. Será somente na segunda metade do século XIX, com as mudanças processadas na economia brasileira e com a conjuntura internacional favorável, que o o setor têxtil se implantará de maneira definitiva em Minas Gerais.

(9). — Antônio Luiz Affonso Carvalho, *Relatório*, 1-10-1871, pp. 88-89.

(10). — Francisco Leite da Costa Belém, *Relatório*, 1-10-1874, pp. 61-62.

No plano nacional, duas mudanças importantes de estrutura, a tarifa Alves Branco, de 1844, e a extinção do tráfico, em 1850, serão decisivas para os esforços então desenvolvidos. A primeira, põe fim ao liberalismo tarifário, sendo o ponto de partida de uma sistemática política de proteção aduaneira, ao passo que a outra coloca em disponibilidade uma parcela considerável de capitais e inicia uma mudança nas relações de trabalho até então vigentes. Além do mais, vamos assistir a um sensível crescimento demográfico, a uma melhora das finanças, com a balança de comércio tornando-se favorável, a rede de transportes evolui e o sistema bancário começa a ter uma estrutura mais dinâmica.

Quanto à população, vamos observar que apresenta um crescimento considerável, propiciando o início de formação de um mercado consumidor, que permitia o aparecimento de fábricas com produção em escala industrial. Se compararmos o crescimento da população do Brasil com a de Minas Gerais, vamos observar que a participação percentual da população mineira é bastante significativa.

QUADRO I.

POPULAÇÃO DO BRASIL E DE MINAS GERAIS

1800-1900

ANO	BRASIL	MINAS GERAIS	% M. G.
1800	3.250.000	400.000	12,3
1850	7.234.000	950.000	13,1
1872	9.930.000	2.039.000	20,3
1890	14.334.000	3.184.000	22,3
1900	17.438.000	3.594.000	20,6

Fonte: IBGE, *Recenseamentos*.

Já o setor exportador, que continuava sendo o elemento mais dinâmico da economia, terá um comportamento favorável, propiciando o saldo na balança comercial:

“Considerada no seu conjunto, a economia brasileira parecia ter alcançado uma taxa de crescimento relativamente elevada na segunda metade do século XIX. O comércio exterior era o fator dinâmico do sistema, a chave do processo de crescimento se encontrava no seu comportamento. Se se comparam os valores médios dos anos 90 com os dos anos 40, percebe-se que o *quantum* das exportações brasileiras tinha aumentado de 214%. Este aumento físico da exportação foi acompanhado de uma elevação de mais ou menos 46% sobre a média dos preços dos produtos expor-

tados. Por outro lado, observa-se uma redução em torno de 8% sobre o índice de preços dos produtos importados, a melhora dos termos de troca foi também de 58%. Um aumento de 214% do *quantum* das exportações acompanhado de uma melhora de 58% dos termos de troca significa um crescimento de 396% do produto real gerado pelo setor exportador” (11).

A rede de transporte desenvolve-se, com os caminhos sendo melhorados e alargados, e a estrada de ferro inicia sua penetração. Em Minas Gerais, a estrada de rodagem chega em 1861, com a construção, por Mariano Procópio, da União e Indústria, que ligava o Rio de Janeiro a Juiz de Fora. O primeiro trecho de ferrovia chega em 1869, junto com a penetração do café, principalmente no sul do Estado.

O setor bancário toma impulso por esta época, concentrando sua atuação nas grandes cidades. Estes bancos estavam mais ligados aos setores comercial e agrário, só vindo a se interessar pelo setor industrial bem mais tarde. Em Minas Gerais, a rede bancária começa a ser formada no fim do século, localizada principalmente em Juiz de Fora, que era então o centro mais dinâmico de nossa economia.

“Um esboço da história da vida bancária mineira (...), irá lançar as suas raízes na fundação do Banco de Crédito Real, surgindo no fim do século passado e atendendo ao surto de industrialização nascente, tanto quanto ao poderio rural então consolidado. Sua sede em Juiz de Fora coincide precisamente com a concentração ali de um núcleo de grandes pioneiros da indústria (...)” (12).

Embora um dos fundadores do banco, Bernardo Mascarenhas, fôsse ligado à indústria, parece exagerado dizer que sua criação se deveu ao surto de industrialização. Seu aparecimento está mais ligado ao desenvolvimento do café, na área do sul de Minas, e de forma especial em Juiz de Fora. A industrialização seria, portanto, consequência de uma acumulação no setor cafeeiro.

Entretanto, o que será decisivo para a implantação da indústria têxtil, tanto no Brasil como em Minas Gerais, será a crise do setor na Inglaterra, provocada pela Guerra de Secessão, quando os Estados Unidos, seu maior fornecedor de matéria-prima, suspendem o abastecimento.

(11). — Celso Furtado, *La formation économique du Brésil — de l'époque coloniale aux temps modernes*, Paris, 1972, pp. 121-122. Tradução do A.

(12). — Washington Albino, *Perspectivas atuais da economia mineira*. In: *Segundo Seminário de Estudos Mineiros*, Belo Horizonte, 1956, p. 168.

A produção algodoeira mineira que se encontrava em decadência, reorganiza-se rapidamente, passando a viver uma euforia exportadora até o final do conflito:

“Em 1837, já o algodão estava decadente em Minas Novas (...). Si foi notável a diminuição do plantio, não se deu, todavia, o desaparecimento da cultura. Minas, como o Brasil, persistiu em plantar algodão, embora em escala muito reduzida e assim se achou preparada para dar novo impulso as plantações, por ocasião da revolta dos estados do sul da América do Norte” (13).

Como eram os britânicos que abasteciam, em sua quase totalidade, o mercado brasileiro de tecidos, a sua entrada em crise favorece o estabelecimento da indústria têxtil no país, em bases sólidas. Aliadas à crise britânica, também condições internas contribuíram de maneira decisiva para a implantação do setor têxtil brasileiro:

“A guerra civil nos Estados Unidos havia produzido um surto notável na cultura algodoeira do País o que, por sua vez, propiciou o renascimento da indústria têxtil. A guerra do Paraguai, a inflação, a disponibilidade de capitais antes empregados na agricultura, foram outros fatores que, inegavelmente, criaram as condições de expansão industrial” (14).

A normalização do comércio norte-americano com a Inglaterra, após o término do conflito, provocou, como era de se esperar, uma retração da exportação brasileira de algodão. Entretanto, não houve desorganização da produção, que passou a ser absorvida pelas fábricas de tecidos, que se multiplicaram rapidamente. Pelo quadro abaixo, podemos acompanhar o aparecimento das fábricas, de 1872 ao final do século:

QUADRO Nº 2.

FÁBRICAS DE TECIDOS INSTALADAS EM MINAS GERAIS ENTRE 1872 e 1900.

Denominação	Data	Local	Capital	Nº	
				Teares	Operários
Cedro	1872	Taboleiro Grande	150:000\$	18	70
Brumado	1872	Brumado	150:000\$	40	80
Cachoeira	1877	Curvelo	600:000\$	50	—
Bom Jesus da Água Fria	1881	—	233:000\$	50	140

(13). — Daniel de Carvalho, *op. cit.*, p. 18.

(14). — B. D. M. G., *A indústria têxtil em Minas Gerais — Condições e reequipamento*, 1965, p. 23.

Denominação	Data	Local	Capital	Nº	
				Teares	Operários
Sabarense	(1)	Sabará	250:000\$	48	100
Filatório Montes Claros	(1)	Montes Claros	150:000\$	40	72
Cassú	(1)	Uberaba	—	—	—
Itabirana	1884	Itabira	160:000\$	28	50
Bery-Bery	1884	Diamantina	300:000\$	40	120
São Sebastião	1884	Curvelo	189:500\$	40	75
São Silvestre	1885	Viçosa	200:000\$	50	60
Cachoeira dos Macacos	1886	Sete Lagoas	600:000\$	—	—
Mineira	1886	Lavras	500:000\$	176	—
Mascarenhas	1888	Juiz de Fora	600:000\$	60	—
Pedreira	1888	Itabira	200:000\$	65	—
Policena Mascarenhas	1888	Alvinópolis	500:000\$	136	—
Santa Bárbara	1888	Buenópolis	400:000\$	78	—
São Roberto	1888	Gouvea	500:000\$	60	—
Industrial Mineira	1889	Juiz de Fora	600:000\$	100	200
Santanense	1891	Itaúna	600:000\$	215	—
São Joanense	1891	São João Del Rey	300:000\$	100	—
Pitanguense	1893	Pitangui	600:000\$	200	—
São Domingos	1894	Sta. Bárbara	—	—	—
Jequitahy	1895	Jequitahy	250:000\$	—	—
Santa Bárbara	(2)	Curimatahy	—	75	82
Perpétua	(2)	Diamantina	—	15	—
Itinga	(2)	Itinga	—	48	—
Itabira do Campo	1896	Itabirito	500:000\$	100	—
Melancias	(3)	Sete Lagoas	—	38	—

Notas: (1). — A fábrica existia antes de 1883, já que é citada no Relatório do presidente da Província, Antônio Gonçalves Chaves, em 2-8-1883, p. 42-43.

(2). — A fábrica existia antes de 1896, já que é citada no artigo de Catão Gomes Jardim. A região diamantina — suas riquezas naturais e seus recursos. In: *Revista industrial mineira*. Ouro Preto, 15-3-1896, nº 17, p. 181-191.

(3). — A fábrica já existia antes de 1897, cf. *Revista Industrial mineira*, 30-10-1897, nº 22, p. 72.

Fontes: Francisco da Costa Belém, *Relatório*, 1-10-1874, p. 61-62; Antônio Gonçalves Chaves, *Relatório*, 2-8-1883, p. 41-44; Antônio Augusto de Lima, *Relatório*, 15-7-1891, p. 61; *Revista industrial mineira*, 15-2-1894, nº 5, p. 121 — 15-3-1895, nº 15, p. 107 — 15-5-1896, nº 17, p. 181-191 — 30-10-1897, nº 22, p. 72; Governo de Minas Gerais, *Diagnóstico da economia mineira*, vol. V, p. 224; Paulo Tamm, *op. cit.*, p. 404-407.

Embora os dados apresentados no quadro, sejam bastante incompletos para o número de teares instalados e mão-de-obra ocupada, no que diz respeito ao capital aplicado, nos fornece informações suficientes, para afirmarmos a importância do setor. Apesar de não apresentar o capital inicial de 6 fábricas, as 23 restantes representaram a inversão de 8.532.500\$000.

Além do mais, não é difícil estimarmos o capital inicial das seis fábricas, já que todas elas eram de porte pequeno e médio, (como de resto todas as que foram instaladas), e o capital deve ter oscilado entre 150 e 300 contos de réis, o que nos forneceria um total investido da ordem de 10 mil contos de réis.

Restaria, então, tentarmos estabelecer a origem deste capital, ou melhor, como ele foi acumulado para ser aplicado na atividade industrial.

Duas cartas de Bernardo Mascarenhas, pioneiro da indústria têxtil mineira, uma de 1879 e outra de 1887, nos mostram como se encontrava o setor antes e depois da segunda metade do século. Escrevendo a Cândido de Figueiredo Murta, em 1879, diz:

“A indústria têxtil, depois do malogro da Companhia Cana do Reino, já não existia na Província como indústria autônoma propriamente, e sim como indústria toda doméstica, que pelos processos primitivos não podia fornecer ao mercado fazendas regulares com que pudesse concorrer com as melhores estrangeiras” (15).

Na outra, a Luiz Eugênio Horta Barbosa, escreve:

“(...) foi a indústria têxtil que desde 1868 tem acordado os mineiros do letargo em que jaziam, animando-os a novos empreendimentos, e que pela sua variada e já avultada produção tem também conseguido fixar na Província grandes capitais, que de outra sorte teriam emigrado para o estrangeiro em pagamento de fazendas que teriam de ser importadas, e é inegável que esses capitais têm fomentado a indústria e o comércio” (16).

Portanto, antes de 1860, o ambiente era de produção artesanal, como frisou Bernardo, mas já apresentava excedentes para comercialização em outras Províncias. Os dados conhecidos desse tipo de

(15). — Cf. Nelson Lage Mascarenhas, *Bernardo Mascarenhas — O surto industrial de Minas Gerais*, 1954, p. 30.

(16). — *Ibidem*, p. 31.

produção são escassos, e a única certeza que se tem, é que estava ligada às grandes propriedades rurais, onde era aproveitado o trabalho escravo.

Alguns dados da exportação desta indústria artesanal, com base no imposto de exportação, nos dão uma idéia da diversificação da produção. Eles devem ser vistos com bastante reserva, uma vez que se referem apenas aos tecidos que saíam da Província pagando imposto, e sabemos que ele era comumente sonegado, como observa um Presidente da Província:

“A importância total do imposto não preenche ainda o cálculo que apresentei no Relatório anterior, o que em parte se pode atribuir aos extravios, que tem sido inevitáveis por haver diversos caminhos particulares que vem ter à Estrada Geral em lugares, que estão fora do alcance das Administrações respectivas (...)” (17).

QUADRO Nº 3.

EXPORTAÇÃO DE TECIDOS DE MINAS GERAIS
1818-1850.

ANOS	TIPO	QUANTIDADE
1818-1819	Mantas de Algodão	11.661 (unidade)
	Pano de Algodão	1.242.543 (vara)
	Toalhas e guardanapos	16.120 (unidade)
1839-1840	Pano de Algodão	1.023.338 (vara)
	Mantas	679 (unidade)
	Colchas	714 (unidade)
1842-1843	Pano de Algodão	1.245.179 (unidade)
	Pano riscado	1.800 (vara)
	Mantas de algodão	107 (unidade)
	Mantas de Retalho	36 (unidade)
	Colchas	402 (unidade)
1844-1845	Pano de algodão	909.568 (vara)
	Riscado	1.014 (vara)
	Trançado	24 (vara)
	Mantas de algodão	7.173 (unidade)
	Colchas	2.747 (unidade)
	Mantas de Retalho	36 (unidade)

(17). — Cf. Francisco Iglésias, *op. cit.*, p. 116.

ANOS	TIPO	QUANTIDADE
1849-1850	Pano de algodão	856.602 (vara)
	Riscado	9.187 (vara)
	Mantas de algodão	1.740 (unidade)
	Colchas	3.540 (unidade)

Fonte: Bernardo Jacinto da Veiga, *Falla*, pp. XXIV-XXVIII; Sebastião Pereira Pinto, *Relatório*, 4-2-1841, mapa nº 5; Francisco José de S. S. d'Andréa, *Falla*, mapa nº 22; Daniel de Carvalho, *op., cit.*, p. 26; Rodolfo Jacó, *Minas Gerais no XX século*, p. 36.

Funcionando em bases primitivas, essa indústria artesanal será o ponto de partida para o desenvolvimento do setor. Como ela, as novas fábricas criadas localizaram-se no meio rural, fazendo crer que, quando passam ao estágio de produção industrial, nada mais são do que a ampliação e aperfeiçoamento das “fábricas” que funcionavam nas grandes propriedades rurais.

Assim, embora nada possa confirmar nossa hipótese, acreditamos que a acumulação se deu em dois níveis: 1). — o excedente da produção artesanal que era comercializado e, 2). — excedente que não era reinvestido no setor agrário.

Nosso raciocínio se prende fundamentalmente, ao fato de as fábricas implantadas se localizarem nas zonas rurais, e em sua maioria esmagadora, serem uma associação de família, cuja base econômica era a atividade agrícola. Como nas fazendas, sempre existiram teares rudimentres, que produziam para o consumo interno, à partir do momento que apareceu excedente de produção e um mercado regional, estas “fábricas” foram se aparelhando para uma produção em escala industrial.

Entretanto, até o final da década de 1860, nada de concreto foi feito. O presidente da Província, em seu Relatório, escreve:

“A indústria manufatureira já prosperou na Província mais do que hoje (*sic*), e tende a decair cada vez mais, com a concorrência dos produtos estrangeiros mais perfeitos e menos custosos que a facilidade das vias de comunicação (*sic*) vai introduzindo na Província” (18).

Por esta época, a idéia da criação da primeira indústria de tecidos de Minas Gerais, já estava amadurecida, graças à iniciativa dos irmãos Mascarenhas, que, em 1872, poriam em funcionamento a fá-

(18). — Domingos Andrade Figueira, *Relatório*, 1869, p. 107.

brica do Cedro. A implantação desta fábrica e seu sucesso despertaram interesse pelo setor industrial têxtil, atraindo capitais que até então estavam sendo reinvestidos na atividade agrícola ou comercial.

“Esta indústria continua a prosperar na Província, onde já existem 12 fábricas montadas pelos sistemas americano e inglês (...). Nem todos os dados obtidos sobre estes estabelecimentos são completos; porém, mesmo assim, se pode calcular, no mínimo, em rs. 3.200:000\$ o capital empregado n’esta indústria, na Província. A fabricação média dos tecidos diariamente é de 14 a 15 mil metros, que são consumidos nos municípios productores e circumvisinhos. A matéria prima, o algodão, é também cultivada nos municípios onde se acham as fábricas” (19).

Mesmo apresentando uma produção razoável, não era suficiente para o abastecimento da Província, como nos informa Bernardo Mascarenhas, em carta a Cândido de Figueiredo Murta, em 1879, por dois motivos: número ainda insuficiente de fábricas e sua má localização geográfica:

“Se a nossa Província tivesse umas 20 fábricas bem colocadas, por certo que estaria em condições mais vantajosas nas suas finanças e progresso, pois os milhões de metros que fossem fabricados seriam consumidos na Província, lançando fora dos mercados as ordinárias drogas européas (*sic*), e assim deixar-se-ia de exportar bons milhares de contos por ano, que ficando na Província, dariam grande impulso à lavoura e ao comércio e à indústria (...)” (20).

Estas fábricas estavam localizadas junto aos centros produtores de matéria-prima e próximas a quedas d’água, que lhes forneciam a força motriz. Somente mais tarde, com a evolução do mercado, a penetração das ferrovias, e a adoção da eletricidade como força motriz, elas passaram a se expandir em função do mercado consumidor.

“De um modo geral, não obstante ter nascido em propriedades rurais, onde também a existência de tecnologia artesanal justificava de certa forma o aproveitamento de artesões, foi em função do mercado consumidor que a indústria se expandiu. As dificuldades de transporte, por outro lado, influíram na localização ao longo das ferrovias, notadamente da Leopoldina, na

(19). — Manuel do Nascimento M. Portella, *Relatório*, 13-4-1886, pp. 102-103.

(20). — Cf. Nelson Lage Mascarenhas, *op cit.*, p. 56.

Zona da Mata (*sic*), da Central do Brasil, em direção à região centro do Estado, bem como nos centros de convergência populacional, como Montes Claros” (21).

Um dos fatores de maior importância no início da nossa indústria têxtil, foi a força motriz empregada: a água. De baixo custo, era o fator mais importante na composição do preço final do produto, como observamos nos Relatórios da Diretoria de diversas fábricas e principalmente na do Cedro, já que, quando ocorriam estragos no açude ou no bicamente, e as fábricas eram obrigadas a ser movidas a vapor, as despesas cresciam enormemente.

A importância da força hidráulica pode ser avaliada através de trecho de uma carta de Bernardo Mascarenhas, ao Visconde de Figueiredo, datada de 16 de novembro de 1888. Para ele, a causa primordial, que permitiu ao produtor nacional suportar a concorrência do tecido estrangeiro, foi precisamente o emprego desse tipo de força:

“(…), sendo as fábricas movidas exclusivamente por água e, se não o fora, não teriam suportado a terrível guerra de concorrência que sofreu a princípio de negociantes estrangeiros da Côrte, intermediários ou comissários dos fabricantes ingleses, que sempre procuraram abafar e desmoralizar (*sic*) a indústria nacional” (22).

Embora a utilização da água como força motriz tenha tido um papel importante na luta concorrencial que se seguiu à instalação da nossa indústria têxtil, a nosso ver, no caso de Minas Gerais, o que foi decisivo para sua sobrevivência e posterior expansão, foi sua localização geográfica. Isolada, devido às dificuldades de transporte, de dois portos importadores, Rio de Janeiro e Santos, e também do principal centro produtor, Rio de Janeiro, pôde preservar e expandir seu limitado mercado consumidor, notadamente em direção ao sul da Bahia.

Analisando sua localização geográfica (vide quadro nº 2), podemos constatar uma forte concentração na zona metalúrgica, com expansão em direção ao norte, e uma fraca expansão para as zonas da mata, sul e triângulo, onde a influência das fábricas do Rio de Janeiro e de São Paulo, é mais acentuada. Não é, portanto, por acaso, que, em 1965, 46% do total das indústrias têxteis instaladas (23), ainda se encontravam concentradas na zona metalúrgica, a despeito

(21). — BDMG, *op. cit.*, p. 36.

(22). — Cf. Nelson Lage Mascarenhas, *op. cit.*, p. 55-56.

(23). — *Diagnóstico da economia mineira*. Vol. V, p. 226.

de uma forte concentração populacional nas zonas da mata, sul e triângulo.

No final do século, a indústria têxtil, segundo um testemunho da época ocupava uma posição extremamente importante. A análise que faz do setor parece-nos extremamente importante, mostrando-nos a grande lucratividade e o papel que ele ocupava na economia mineira:

“As fiações e fábricas de tecido de algodão multiplicaram-se bastante no Estado de Minas Gerais, durante os últimos anos. Os brilhantes resultados financeiros conseguidos pelos primeiros estabelecimentos criados para explorar este tipo de indústria, encorajaram a fundação de novas empresas, que por seu lado conseguiram resultados mais vantajosos ainda. (...) hoje esta indústria de tecidos de algodão parece estar à frente do movimento industrial de Minas Gerais. (...) uma das mais antigas empresas para a fabricação de tecidos de algodão no Estado de Minas Gerais é a Companhia Cedro e Cachoeira, (...). Um dos últimos dividendos anuais distribuídos por esta empresa se elevou a 30%. (...). Para o último exercício (1893), a Companhia Industrial Sabarense (fábrica de tecidos Marzagão) distribuiu a seus acionistas o dividendo anual de 32%. Uma outra Companhia, a de Cachoeira dos Macacos, que controla a fábrica de Inhaúma, (...) distribuiu o dividendo de 42% para o ano passado (1893). Estes resultados magníficos provocaram, em todas as regiões, a construção de novas fábricas de tecidos de algodão. Em Santa Barbara, em Itabira do Campo, em Santa Anna de São João Acima, em Sete Lagoas, em Matozinhos, em Curvelo e em outras localidades, construíram-se novas fábricas. Estima-se em torno de 1.500 o número de teares existentes nas fábricas de Minas Gerais. Com as novas fábricas esta cifra ultrapassará 2.000. (...). A atenção pública e os capitais voltam-se para esta próspera indústria. A opinião geral é que as fábricas de tecidos de algodão são, atualmente, as verdadeiras minas de ouro de Minas Gerais” (24).

O apóio governamental, embora muito enfatizado, não passava de registro em Relatórios, cabendo seu desenvolvimento unicamente à iniciativa privada, que não recebeu, concretamente nenhuma ajuda, como afirma o Presidente da Província:

“Depois de vos ter informado que muitos dos elementos da prosperidade desta Província, não tem recebido o impulso con-

(24). — Arthur Thiré, *L'État de Minas Gerais et sa situation économique* actuelle. In: *Revista Industrial de Minas Gerais*, 15-7-1894, nº 10, pp. 241-243. Tradução do Autor deste artigo.

veniente, me é grato comunicar-vos que continua a desenvolver-se com exito excelente a indústria manufactureira. Em seu relatório de 1883 o Exmo. Presidente Dr. Antônio Gonçalves Chaves já nos dava auspiciosas informações sobre o progresso dela. Tenho o prazer de confirmá-las reconhecendo quanto isso honra o espírito de iniciativa dos mineiros. As fábricas existentes naquela época continuam em seu fecundo trabalho, confiadas nas próprias forças e sem cogitarem do menor auxílio oficial” (25).

Um ano antes, em 1886, um outro Presidente, Manoel do Nascimento Machado Portela, dava conhecimento à Assembléia de que havia expedido circular aos diretores de fábricas de tecidos, a fim de conhecer o real estado do setor, com o objetivo de

“solicitar do Governo Imperial as providências que forem necessárias” (26).

Apesar de existir um aparente interesse dos governantes em amparar as iniciativas econômicas da Província, a própria estrutura do cargo o impedia de uma maior funcionalidade.

Francisco Iglésias, que estudou a política econômica do Governo Provincial Mineiro, informa-nos sobre o papel do Presidente:

“Não era ampla a sua esfera de competências uma vez que o Império reservava para o poder central a maioria das prerrogativas. Com atribuições limitadas e sem contar com recursos financeiros suficientes, a administração precisava ter objetivos modestos, conformando-se à realidade: Assegurar a vitória do partido a que servia era sua principal tarefa. E a ela se entregava, implacavelmente, ainda mais quando muitas vezes a própria autoridade era candidato à Câmara ou ao Senado” (27).

Mas, mesmo que tivessem uma boa vontade extraordinária em administrar, apesar da pouca flexibilidade do cargo, o empecilho maior não estaria na limitação das prerrogativas, mas no tempo que permaneciam no cargo. Durante o Império, Minas Gerais

“(. . .) teve 122 períodos administrativos: 59 presidentes e 63 vice-presidentes em exercício. Descontando cinco destes, que, sem interrupção, passaram a presidentes, ficam 117 períodos, durante 65 anos, 8 meses e 16 dias (de 29 de fevereiro de 1824 a 17 de novembro de 1889). Daqui resulta para cada administração a idéia de 6 meses e 22 dias apenas” (28).

(25). — Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo, *Falla*, 5-7-1887, pp. 72-73.

(26). — Manoel do Nascimento Machado Portella, *Relatório*, 13-4-1886, pp. 103-104.

(27). — Francisco Iglésias, *op. cit.*, pp. 37 e seguintes.

(28). — *Ibidem*, pp. 40-41.

Portanto, é perfeitamente compreensível que o desenvolvimento da indústria têxtil se tenha dado por exclusiva iniciativa de particulares. O papel do Presidente, pelo que pudemos depreender de seus Relatórios anuais, se limitava a informar à Assembléia Provincial o estado de coisas, sugerindo algumas soluções, que teriam poucas chances de serem executadas, se não contassem com o apoio do governo Central, já que a receita da Província mal dava para o pagamento de seus funcionários.

Mesmo quando da proclamação da República, em 1889, a situação não muda, embora o poder estivesse menos centralizado. O liberalismo ainda dominava de maneira acentuada na economia e faltavam recursos para a execução de obras de infra-estrutura que viessem propiciar um desenvolvimento mais duradouro. As medidas provenientes do Governo continuavam a ser de caráter legislativo, o que não propiciava à atividade econômica uma base sólida em que se pudesse apoiar.

No início do século, embora a indústria têxtil ainda se ressentisse de sua organização em unidades rurais, já apresentava, no Estado, progressos alentadores, uma vez que 25% das unidades existentes utilizavam energia elétrica (29). No conjunto, entretanto, a economia de Minas Gerais encontrava-se estagnada, sofrendo os reflexos da crise cafeeira.

Procurando soluções para sair da estagnação econômica em que se encontrava, reuniu-se em 1903, em Belo Horizonte, por inspiração do Presidente do Estado Francisco Sales, o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, que teve fortes repercussões na economia de Minas Gerais. Analisando os diversos setores da economia, propôs soluções, muitas das quais vinham sendo reclamadas há muito. Quanto ao setor têxtil, as sugestões apresentadas tiveram caráter nitidamente protecionista, uma vez que pairava uma ameaça de concorrência estrangeira, notadamente em virtude da melhoria do sistema de transporte. Dentre as sugestões apresentadas no documento oficial do Congresso, diziam respeito ao setor têxtil:

“75º). — convém que seja reduzido de 50% o imposto de exportação que grava tecidos, meias e camisas de meia de algodão;

76º). — convém que seja reduzido o imposto de exportação sobre tecidos e sacas de juta;

77º). — convém que seja taxado fortemente desde já o fio estrangeiro importado até o nº 20 (numeração inglesa) e o de

(29). — BDMG, *op. cit.*, p. 33.

número superior a 20 seja paulatina e gradativamente sobrecarregado de ano para ano até chegar-se ao imposto proibitivo;

78º). — convém que o lançamento do imposto de consumo sobre tecidos seja feito *ad valorem*;

79º). — convém a adoção da tarifa fixa para o algodão em rama importado pelas fábricas do Estado, e o aumento do frete do algodão cru (americano) importado” (30).

Entretanto, o problema de nossa indústria têxtil, já por esta época, era mais grave do que se poderia supor. Embora tivessem sido instaladas com a tecnologia mais avançada para a época, as indústrias não acompanharam o progresso técnico e as instalações já apresentavam os primeiros sinais de obsolescência. Na sua quase totalidade, controladas por famílias, seu objetivo primordial era distribuir o máximo de lucros, sendo que a substituição do maquinário só se dava quando não existia nenhuma outra opção. O mais comum eram as reparações sucessivas, e, quando máquinas mais modernas eram adquiridas, não implicava em uma substituição, mas pelo contrário, representavam apenas um acréscimo, o que fez com que a produtividade fosse degradando-se. Mesmo os grandes lucros conseguidos com a exportação de tecidos durante a Segunda Guerra, não levaram as indústrias mineiras a remodelarem de maneira radical suas instalações. E mesmo para a década de 1960, o quadro não mudou muito:

“(...) 48,3% da maquinaria têxtil do Estado está atualmente com mais de 30 anos de idade, o que nos dá uma boa medida do grau de obsolescência em que se encontra o aparelhamento tecnológico do setor. (...). A substituição da capacidade instalada, bem como o baixo índice de produtividade da mão-de-obra, são efeitos diretos das más condições das máquinas, que obrigam a paradas constantes durante a produção, e da falta de racionalização das normas de trabalho” (31).

Ainda nos nossos dias, o setor não apresenta uma agressividade em seus métodos de produção e comercialização, e apesar de ser um dos mais importantes de nossa economia, tende a decrescer em vista da rápida industrialização do Estado e de métodos mais modernos, que são introduzidos em outros setores.

Finalmente, é necessário frisar que a indústria têxtil de Minas Gerais teve um papel preponderante na formação de nossa economia, já que surgiu como uma força dinâmica e aglutinadora de capitais que até então eram empregados em atividades comerciais e/ou agrícolas.

(30). — *Jornal Minas Gerais*, 27-5-1903, p. 3.

(31). — *Diagnóstico*, *op. cit.*, p. 230.